



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR FABIANO CONTARATO

REQUERIMENTO Nº , de 2022

Exmo. Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a devolução da Medida Provisória nº 1.135, de 26 de agosto de 2022.

A Medida Provisória nº 1135/2022 altera a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022 (Aldir Blanc2), e a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021 (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse).

Os textos previam que os repasses começassem este ano (Lei Paulo Gustavo) e em 2023 (Aldir Blanc 2). Pela Medida Provisória, as leis só entram em vigor em 2023 e 2024, respectivamente.

É necessário destacar que o texto da Lei Paulo Gustavo determina o pagamento de R\$ 3,8 bilhões para estados e municípios, para serem utilizados na mitigação dos efeitos da pandemia de Covid-19 no setor cultural.

Já a Lei Aldir Blanc 2 prevê um repasse anual de R\$ 3 bilhões aos governos estaduais e municipais, durante cinco anos, para o financiamento de iniciativas culturais.

A Lei do Perse assegura a pessoas jurídicas do setor de eventos que tiveram redução superior a 50% (cinquenta por cento) no faturamento entre 2019 e 2020 o direito a indenização, com base nas despesas com pagamento de empregados durante o período da pandemia da Covid-19 e da Espin (Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional), declarada pelo governo federal em fevereiro de 2020 e oficialmente encerrada em maio



SF/22102.07588-07



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR FABIANO CONTARATO

deste ano, mas ainda produzindo efeitos, em relação a algumas normas, até maio de 2023.

As leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2 haviam sido integralmente vetadas pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e promulgadas em julho após a derrubada dos vetos pelo Congresso Nacional. A Lei do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) havia sido parcialmente vetada, e os vetos também foram promulgados após a derrubada, em março deste ano.

De nada adiantam os esforços do Poder Legislativo para garantir o devido processo legislativo democrático, inclusive utilizando-se de sua prerrogativa de derrubada do veto, se o Poder Executivo simplesmente ignora o debate político e se vale do instituto da Medida Provisória para desrespeitar a decisão do parlamento brasileiro.

Portanto, importa violação ao princípio da Separação de Poderes ato do Presidente da República que visa controlar a pauta do Congresso Nacional, por conseguinte, das prioridades do processo legislativo, em detrimento do próprio Poder Legislativo.

Nesses termos, solicito que Vossa Excelência, na esteira dos precedentes existentes, que devolva a Medida Provisória nº 1.135, de 26 de agosto de 2022, negando vigência ao seu texto.

Certo do atendimento do pleito, despeço-me renovando votos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2022.

Senador Fabiano Contarato
(PT - ES)



SF/22102.07588-07